



MÃO DE OBRA VULNERÁVEL

Trabalho infantil é tão comum nos terminais fluviais e marítimos que nem choca mais turistas ou nativos. Fiscais flagraram, em média, 20 casos por dia em 2013 de exploração de crianças e adolescentes em todo o país

» LEILANE MENEZES
» HELENA MADER
» MONIQUE RENNE (FOTOS)

A grande movimentação de cargas e passageiros nos portos brasileiros atrai trabalhadores interessados em lucrar com o fluxo de mercadorias e de visitantes. Feiras instalam-se nas proximidades, e ambulantes montam barracas para criar um comércio paralelo, que se alimenta da força do trabalho de pessoas de qualquer idade. A série Cais do abandono revela hoje denúncias da exploração do trabalho infantil em zonas portuárias. A presença de crianças em atividades insalubres é tratada com normalidade e parece não chocar turistas ou nativos, que se beneficiam de serviços baratos, prestados por jovens carregadores de bagagem e vendedores de água e de alimentos. Com a proximidade da Copa do Mundo, aumenta o risco da exploração do trabalho de meninas e meninos em atividades como comércio ambulante ou o recolhimento de material reciclável.

Desde 2007, os fiscais flagraram 46,1 mil crianças em trabalho irregular no Brasil. No ano passado, foram 7,4 mil casos, número 15% superior aos registrados no ano anterior. De acordo com estimativas da última Pesquisa Nacional de Dados por Amostra de Domicílios (Pnad), existem no Brasil hoje 3,5 milhões de crianças e adolescentes com idade entre 5 e 17 anos em situação de trabalho irregular. Não há estatísticas focadas nas áreas portuárias, mas é fácil constatar que essa é a violação de direitos humanos mais recorrente nos terminais marítimos e fluviais.

Pensar em uma profissão é refletir sobre o impossível aos olhos de Japão*, 17 anos. Sem identidade ou CPF, o adolescente não existe para o governo, não frequenta escola nem se beneficia de políticas públicas. Nas ruas de Salvador, o semblante vazio de expectativas se mistura a outros tantos, sem endereço fixo ou nome do pai na certidão de nascimento. O garoto recebeu esse apelido graças aos traços orientais. Desde os 7 anos, Japão ignora o nome dado a ele pela mãe. Foi nessa idade que a viu pela última vez, quando a casa onde moravam desabou e não pôde ser reconstruída por falta de dinheiro. Mãe e filho foram encaminhados para abrigos diferentes.

Japão fugiu do local onde dividia quarto com uma dezena de meninos. "O tipo de coisa que rola no abrigo não dá para suportar. Melhor ficar na rua, que é mais seguro", justificou. Devido ao grande movimento de pessoas, escolheu a área do Porto de Salvador para vigiar carros, carregar bagagens de turistas e fazer papel de aviãozinho, ao entregar as encomendas de drogas feitas pelos visitantes. Este ano, completou uma década em situação de rua. Debaixo das marquises dos comércios, experimentou crack, maconha, cola, lolô, cocaína e o que mais lhe oferecessem. "Comer eu como do lixo. Droga a gente usa a que tiver. Não dá para escolher", relata.

Trocar o dia pela noite virou rotina. Quando escurece, ele não consegue dormir tranquilo, com medo de abusos, assalto e de morrer queimado. Passa as noites acordado, na companhia do cachimbo de crack. No início da manhã, descansa coberto por um pedaço de papelão. "Já vi muita gente virar homem tocha e não quero isso. A polícia bota fogo sabia? Tem comerciante que taca fogo também, porque acha ruim a gente morar na frente das lojas", diz o adolescente.

Fábio Gomes tem 32 anos e trabalha desde os 7 como flanelinha no cais de Salvador. Ao contrário da maioria, diz nunca ter usado drogas e, por essa razão, conseguiu juntar o suficiente para comprar uma casa e sustentá-la. Não permite que nenhum dos três filhos siga o mesmo caminho. "Meus meninos estudam porque espero alguma coisa melhor para eles do que isso daqui. Nunca deixo os garotos me acompanharem. Trabalhar nunca me fez mal, mas não quero isso para eles", explica.

Carga e descarga

Uniformizado, o garoto que não aparenta ter mais de 12 anos organiza o bolo de dinheiro no bolso. Faz as contas do faturamento do dia, no fim de um cansativo expediente que durou das 8h às 18h. Enquanto isso, uma mulher, responsável pelo garoto, conversa e bebe cerveja. Na barraca vizinha, uma menina ainda mais nova circula o dia todo com sacolas de feira à venda, sozinha. Outra garota oferece refrigerante, água e bebida alcoólica a quem passa.



Garoto recebe dinheiro de turistas estrangeiros para ajudar a carregar malas em Salvador: a proximidade da Copa aumenta o risco da exploração



Menino descarrega barco em Manaus: trabalho infantil ocorre sem nenhum tipo de fiscalização



Os portos têm grande circulação de pessoas e de mercadorias e, por isso, exercem atração populacional. Isso cria um ambiente para a violação de direitos de crianças e adolescentes*

Rafael Marques, coordenador Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente

A exploração do trabalho infantil ocorre sem qualquer interferência, tanto na Feira Manaus Moderna, no porto da capital amazonense, quanto nas bancas de rua armadas em frente ao terminal. O mau cheiro toma conta do ambiente, há peixes expostos sem conservação e lixo por todos os lados, enquanto crianças e adolescentes gastam a voz para conquistar clientes na base do grito. Alguns deles descansam sob o sol, em barcos ancorados no porto do Rio Negro, durante alguns minutos, para continuar o serviço, em seguida. Dentro dos barcos ancorados no porto, também é possível flagrar adolescentes durante o trabalho de carga e descarga de mercadorias.

>>> Roteiro da reportagem

Em 12 dias, a equipe do **Correio** viajou por quatro estados do Norte e Nordeste e percorreu mais de 8 mil quilômetros. A primeira parada da série Cais do abandono foi em Salvador, onde a realidade de crianças e jovens em situação de extrema pobreza, na área do porto, salta aos olhos. Três dias depois, a reportagem seguiu para Cabo de Santo Agostinho (PE), a 30km do Recife. O movimento do Porto de Suape, em constante evolução econômica, reforça problemas sociais vividos pela população ao redor, entre eles o uso de drogas e a exploração sexual. A viagem continuou em Fortaleza, onde remoções em massa para construção de obras da Copa deixaram famílias inteiras desabrigadas e vulneráveis. A apuração encerrou-se em Manaus, com alarmantes índices de exploração sexual e do trabalho infantil, nos arredores do terminal portuário. As repórteres entrevistaram mais de 60 fontes, entre instituições de defesa da criança, meninos e meninas vítimas de violações de direitos, famílias, conselheiros tutelares, magistrados, promotores, delegados e sociólogos.

* Todos os nomes de jovens usados na série são fictícios, em respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente

LEIA AMANHÃ

O impacto das remoções de famílias dos portos por conta das obras da Copa e do uso abusivo de drogas

Preocupação com grandes eventos

O trabalho infantil é caracterizado pelo uso da mão de obra de adolescentes com menos de 16 anos. No caso de trabalho noturno, perigoso, insalubre, penoso, ou em horários e locais que não permitam a frequência à escola, a proibição estende-se até os 18 anos.

O procurador do Trabalho Rafael Marques, coordenador Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente, explica que as áreas portuárias são por natureza regiões de maior incidência do problema. "Os portos têm grande circulação de pessoas e de mercadorias e, por isso, exercem atração populacional. Isso cria um ambiente para a violação de direitos de crianças e adolescentes", explica o procurador.

O Ministério Público do Trabalho faz parte do grupo que elabora a agenda de convergência para defesa dos direitos da infância durante os megaeventos. "O enfrentamento ao trabalho infantil tem que ser feito por meio de uma rede. Uma única instituição não dá conta. O Ministério Público atua na promoção dessa articulação, focando no resgate e no atendimento das crianças e suas famílias, na assistência social, mas também na área repressiva, responsabilizando os que exploram o trabalho dessas crianças", explica Marques.

A exploração do trabalho infantil não caracteriza crime. A responsabilização é administrativa, com multas impostas por auditores fiscais do trabalho. O valor varia de acordo com a capacidade financeira de quem se beneficia do serviço. Também é possível entrar com ações cíveis por danos materiais e morais, individuais ou coletivos. Só há penalização criminal se o trabalho infantil estiver associado a maus-tratos ou tráfico de pessoas, por exemplo.

A secretária executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, Isa Oliveira, afirma que os grandes eventos esportivos e as festas populares são espaços que incentivam a exploração da força de trabalho de crianças e adolescentes. "O problema ocorre principalmente com relação ao comércio ambulante e à coleta de material reciclável. Na Copa das Confederações, o trabalho infantil foi a violação mais recorrente de direitos da criança, o que aumenta a preocupação com relação à Copa do Mundo". Em nota, o Ministério do Trabalho e Emprego informou que desenvolve um trabalho permanente de combate ao trabalho infantil, "com a realização de ações fiscais, além da articulação interinstitucional com os demais atores sociais que compõem a rede de proteção à criança e ao adolescente". (LM e HM)

